

Arquiteturas compartilhadas: inventando práticas negociantes com o povo Xakriabá¹

Lucas Carvalho de Jesus
Escola de Arquitetura da UFMG / Minas Gerais

Resumo

Em um contexto de colapso climático, expansão urbana, construção desenfreada de edifícios e infraestruturas públicas e privadas, urge pensar em outras possibilidades de habitar. Os territórios indígenas e suas tecnologias ancestrais são reconhecidos como alternativas para se pensar outros modos de estar no mundo de forma compartilhada com muitos seres, ao contrário dos modos predominantes nas cidades brasileiras modernas. A partir da ideia de Marisol de la Cadena do *não somente*, tenho aprendido a expandir a prática da tradução acolhendo a multiplicidade e as diferenças percebidas quando estamos entre mundos. Em visita recente à Terra Indígena Xakriabá, conversávamos sobre o que era arquitetura e não chegávamos a um acordo. As definições não estavam erradas. Mas não eram só aquilo. O que talvez possamos chamar de arquitetura Xakriabá não é a mesma coisa que chamamos de arquitetura na universidade ou em outro lugar. Não eram as mesmas práticas, eram diferentes. Esse processo de tradução feito com mal-entendidos só é um problema se a nossa intenção for que o entendimento seja único. A equivocação, desse modo, não é algo a ser evitado. No território Xakriabá, arquitetura também era o processo coletivo de construção das casas tradicionais e suas reverberações ou não nas práticas construtivas atuais, as lutas e conquistas pela diferenciação do espaço escolar indígena, as práticas de retomada que geram os diversos espaços comunitários, etc. Mas para o povo Xakriabá, não. O que chamávamos de arquitetura, para eles, era a vida cotidiana, parte da ontologia Xakriabá. Talvez o conceito de arquitetura estivesse em germinação, ali naquele encontro e diálogo com a universidade. Aprendemos juntos que habitar o território exige constantes negociações cosmopolíticas com as águas, os bichos, a terra, os tempos, as pessoas e todo o mundo ontológico Xakriabá. A presente proposta pretende, a partir desses aprendizados etnográficos, imaginar formas compartilhadas de fazer arquitetura, no diálogo entre a universidade e o território Xakriabá, ancorada em algumas questões: O que as práticas espaciais Xakriabá podem nos ensinar sobre arquitetura? Como considerar as práticas tradicionais nos processos de aproximação para que o conceito e a prática de arquitetura que chegam ao território Xakriabá não sejam os mesmos que discordamos na cidade? Como pensar processos, práticas e pesquisas compartilhadas de arquitetura a partir dos encontros com os povos indígenas?

Palavras-chave: arquitetura xakriabá; tradução; equivocação

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

Desaprendizados

Na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) não aprendemos apenas a elaborar projetos arquitetônicos convencionais. Ao entrar na universidade, somos surpreendidos com as possibilidades que a própria escola oferece no seu currículo oficial. Nesse processo, a ideia convencional de arquitetura, voltada aos espaços pensados por e para poucos, começa a ser desconstruída. Contudo, ainda assim, o modo de ensinar, construir e projetar para um mundo cada vez mais urbano segue predominante.

Em um contexto de colapso climático, expansão urbana, construção desenfreada de edifícios e infraestruturas públicas e privadas, urge pensar em outras possibilidades de habitar. Ailton Krenak (2020) coloca que nós não somos a humanidade que pensamos ser e que as nossas ações estão destruindo o planeta. Mas será que todos os seres humanos habitam o espaço destruindo a diversidade? Os territórios indígenas e suas tecnologias ancestrais têm sido reconhecidos por muitas pesquisas como alternativas para se pensar outros modos de estar no mundo de forma compartilhada com muitos seres, ao contrário dos modos predominantes nas cidades brasileiras modernas (Levis, 2022).

Neste caminho, a UFMG vem reconhecendo a sabedoria dessas comunidades, desenvolvendo há mais de vinte anos uma série de ações em diálogo com diversos povos indígenas, a partir de iniciativas multidisciplinares envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão. Tais práticas epistêmicas transformam o que entendemos por conhecimento e abrem caminhos para confluências (Bispo dos Santos, 2023) com aqueles que tiveram a oportunidade de participar dessas práticas situadas no trânsito entre a universidade e os territórios.

Desde 2020, tenho tido a oportunidade de desaprender práticas espaciais que me foram colocadas como únicas e inquestionáveis através dos trânsitos entre a UFMG e diferentes territórios. “Desaprender com companheiros”, como diz Azoulay (2024) em seu livro “História Potencial: desaprender o imperialismo”, implica abandonar a busca desenfreada pelo novo que move as universidades e tentar se envolver com aqueles e aquelas que foram relegados ao passado, não como “fontes primárias”, mas como companheiros potenciais (Azoulay, 2024). Grande parte desse desaprendizado veio quando nos deparamos, em uma série de ações na UFMG, com outras formas de pensar,

estar e agir presentes nos mundos indígenas e quilombolas que excedem o discurso que ainda é predominante no curso de arquitetura e urbanismo.

Foi através da universidade que encontrei o povo Xakriabá², a maior etnia indígena do Estado de Minas Gerais, com mais de doze mil pessoas, localizada no norte do Estado, em São João das Missões. O povo Xakriabá possui uma história marcada por lutas e derramamento de sangue devido ao intenso contato com bandeirantes, fazendeiros e pecuaristas (Fernandes, 2022). Em junho de 2021, a aldeia Barreiro Preto, uma das aldeias da Terra Indígena Xakriabá (TIX), foi vítima de uma ação criminosa responsável pelo incêndio da Escola Estadual Indígena Xukurank. Após esse ataque, aconteceram reuniões, desenhos, conversas, cursos, visitas virtuais e presenciais, em que buscávamos trabalhar coletivamente para tentar contornar aquela situação extrema.

A partir dali, temos desenvolvido muitas ações compartilhadas com eles. Em visita recente à Terra Indígena Xakriabá, conversávamos sobre o que era arquitetura e não chegávamos a um acordo. As definições não estavam erradas, mas não eram só aquilo que um ou outro dizia. O que talvez possamos chamar de arquitetura Xakriabá não é a mesma coisa que chamamos de arquitetura na universidade ou na cidade. A partir da ideia de Marisol de la Cadena do *não somente*, aprendemos a expandir a prática da tradução acolhendo a multiplicidade e as diferenças percebidas quando estamos entre mundos.

Considerando a situação desconcertante que me levou a questionar o meu próprio campo de atuação como arquiteto, este artigo pretende (re)pensar práticas e processos do que poderia ser arquitetura entre o mundo Xakriabá e a universidade. Três movimentos de pesquisa conduzem a discussão: “olhando para as casas” (1), “uma experiência de retomada construtiva” (2) e “como projetar em companhia?” (3). O primeiro movimento se dá a partir do encontro com as mestras construtoras Libertina, Lourdes, Rosa, Isabel e Benedita Xakriabá e da transcrição e edição do registro de uma conversa com elas, no território Xakriabá, em setembro de 2021³. No exercício de escuta ativa, mesmo a distância, podemos conhecer as casas e os processos coletivos, as

² Os trabalhos com o povo Xakriabá são desenvolvidos no âmbito de projetos mais amplos realizados coletivamente pelo Grupo de Pesquisa Cosmópolis e pelo Programa de Extensão Morar Indígena da Escola de Arquitetura, em parceria com projetos de extensão da Faculdade de Educação da UFMG. Além disso, este artigo também é um recorte do meu Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo.

³ A conversa foi editada e publicada como ensaio de autoria indígena a convite da Revista Piseagrama. O ensaio pode ser acessado de forma gratuita no site da revista: <https://piseagrama.org/extra/estamos-aqui-para-renovar/>

histórias e os modos de construir, cuidar e compartilhar saberes que acontecem desde o “tempo dos antigos”. O segundo movimento, apresenta alguns apontamentos a partir da primeira experiência de retomada construtiva que pude acompanhar, a construção da Casa do Forno na Aldeia Barreiro Preto no âmbito da disciplina da Formação Transversal em Saberes Tradicionais “Arquitetura, cerâmica e culinária Xakriabá”. Já o terceiro, reflete a partir de caminhadas no território, durante as oficinas de mapeamento em março e julho de 2023, quando foi possível acompanhar com mais calma o modo de vida xakriabá e inventar práticas negociantes de construção coletiva de projeto. Em “Arquiteturas compartilhadas”, com os apontamentos dessas experiências, espera-se imaginar caminhos potenciais para as atuações entre os mundos indígenas e a universidade.

Este artigo pretende ser também, a partir da Escola de Arquitetura, uma documentação para contribuir com a reflexão sobre o desafio, os limites e a potência da possível simetrização de aprendizados que se dão situados, tanto fora quanto dentro da universidade e sobretudo neste trânsito. Conversas entre conhecimentos dos territórios e conhecimentos ditos acadêmicos são possíveis quando entendemos que esses mundos podem se conectar parcialmente e dizer uns sobre os outros, mas não se reduzem a um ou outro (De La Cadena, 2015). A diferença entre eles é o que nos permite aprender e, quem sabe, confluir e transfluir (Bispo dos Santos, 2023).

Uma situação desconcertante

Desde o encontro dos estudantes de arquitetura com os Xakriabá, a partir do qual pudemos questionar o que é arquitetura, comecei a habitar esse lugar do conhecimento negociante. Para mim, a arquitetura que ajuda a pensar caminhos contra este mundo colapsado excede a construção e o projeto arquitetônico, envolve processos coletivos, práticas de aliança, cuidado e respeito à terra e ao território. Não é uma arquitetura só de arquitetos para arquitetos, é uma “escola sem paredes”, na qual quem quiser pode participar; é algo que a universidade sozinha não consegue ensinar. É a terra indígena, as retomadas, o corpo-território, a memória, a tradição e a ancestralidade, mas *não somente*. É também casa de alvenaria, escola estadual, espaços comunitários, posto de saúde e cidade. Mas e para o povo Xakriabá, o que pode ser arquitetura?

Retornemos à situação desconcertante ocorrida nas oficinas de mapeamento comunitário na TIX, em março de 2023. Estávamos ali no contexto do projeto de

pesquisa⁴ que surgiu como um dos desdobramentos dos trabalhos que foram realizados desde o incêndio da escola Xukurank e também através de uma disciplina ofertada na Faculdade de Educação da UFMG⁵. A ideia de realizar as oficinas havia surgido como possibilidade de colocar os pés no chão para conhecer os espaços que estávamos acostumados a ver externamente e de deixar algumas das nossas ferramentas de lado, entendendo que “a elaboração do pensamento não é exatamente pela cabeça, ela é pelos pés, pelo corpo e pelas mãos também” (Xakriabá, 2020, p.80). Como havia sido combinado, os estudantes de arquitetura e urbanismo conduziram o processo junto aos estudantes do ensino médio da Escola Xukurank. Uma tentativa inicial e improvisada de diminuir as distâncias entre o território e o curso de arquitetura e urbanismo.

Éramos estudantes, professores e pesquisadores da UFMG, estudantes da Formação Intercultural de Educadores Indígenas (FIEI)⁶, professores de cultura e membros da comunidade. Era o primeiro dia das oficinas na Aldeia Barreiro Preto. Nos dividimos em quatro grupos e cada um foi por uma região de acordo com o caminho que a água percorria. À tarde, na Cabana Kri Wiktu Huminixã, com a presença dos estudantes do ensino médio, comentamos sobre a oficina que aconteceu pela manhã. Falamos sobre essa atividade como uma oportunidade de coletar conhecimentos da vida cotidiana, que precisam ser considerados no projeto e aproveitamos para tentar definir o que chamamos de arquitetura e o que se aprende no curso da UFMG. Cada estudante de arquitetura e urbanismo definiu o termo à sua maneira. Falamos que o curso não é só arquitetura, tentamos explicar as diferenças entre arquitetura e urbanismo a partir da diferenciação de escalas, que existem muitos caminhos e possibilidades dentro do curso, que arquitetura pode ser vista como mediação entre quem constrói e quem deseja e que talvez o que estávamos fazendo ali era tentar aproximar distâncias entre quem faz, quem pensa e quem usa os espaços. Tentamos rapidamente incluir nas definições as práticas espaciais que víamos ali. Contudo, talvez fossem os aprendizados de arquitetura que deveriam ser incluídos nas nossas tentativas de definir o que é arquitetura.

⁴ “Formação para autonomia tecnológica, construções regenerativas e sistemas de manejo agroecológico na Terra Indígena Xakriabá” aprovado pela FAPEMIG no Edital N° 011/2022.

⁵ “Autogestão e padrões construtivos locais para ambientes comunitários: composição de práticas para uma educação territorializada” ofertada no primeiro semestre de 2023 e conduzida por Ana Gomes, Adriano Mattos e Margarete Leta.

⁶ O Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI) foi criado em 2006 na Faculdade de Educação da UFMG. O FIEI foi um dos quatro cursos de graduação que se iniciaram com o financiamento do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind). Atualmente o curso apresenta quatro áreas de habilitação: Línguas, Artes e Literaturas; Matemática; Ciências da Vida e da Natureza; e Ciências Sociais e Humanidades.

No outro dia, repetimos o processo na Aldeia Sumaré I. Reunidos na Casa de Cultura, com os alunos do ensino médio, falamos rapidamente sobre a oficina que ocorreu naquela manhã e realizamos um processo de definição parecido com o do dia anterior. Ainda assim, suscitados por uma inquietação coletiva sobre o que era arquitetura, perguntamos aos estudantes o que eles mesmos entendem quando escutam esta palavra e as respostas foram bem mais simples do que estávamos conseguindo oferecer: “Arquitetura é planejar a construção”⁷.

Durante esses dois dias, algo me incomodava: eu não concordava com as definições ou com a forma com que estavam sendo apresentadas e não conseguia formular o que estava sentindo. Definições complexas deixavam a impressão de que arquitetura era algo distante, externo e que se buscava na universidade.

Uma semana depois, em um ritmo mais tranquilo de atividades, um grupo menor e no contexto de outra disciplina⁸, ainda na terra indígena, ao relatar a situação e o incômodo que estava sentido, fui apresentado à pesquisadora da ciência Helen Verran. O que eu chamava de incômodo e estranhamento se aproxima em alguma medida do que a autora define como "desconcerto epistêmico". Segundo ela, “o desconcerto é experimentado como um momento de pânico existencial — sendo repentinamente levado a duvidar do que você sabe” (Verran; Christie, 2013, p.53, tradução nossa). No meu caso, uma dúvida e incapacidade de definir que eu não esperava naquele momento: o que é mesmo arquitetura?

O desconcerto pode ser paralisante, por isso Verran sugere o seu cultivo como essencial para o pensamento pós-colonial (Verran; Christie, 2013). Durante a intensidade das oficinas, não consegui pensar que o estranhamento não era novo e, de certa forma, algo parecido com esse cultivo já vinha acontecendo, mesmo de forma fragmentada, como comentei no início deste texto. Depois de tantos meses desaprendendo a ideia hegemônica de arquitetura, ouvir aquelas definições das pessoas que permitiram com que esse desaprendizado se desse, foi difícil. O processo coletivo de transmissão de conhecimento que produz uma casa de enchimento não é arquitetura? E a luta pela diferenciação do espaço das Escolas Estaduais Indígenas?

⁷ Comunicação oral ao autor.

⁸ “Autoria indígena e a produção acadêmica” ofertada no primeiro semestre de 2023 na Pós-graduação da Faculdade de Educação voltada aos estudantes indígenas e conduzida por Ana Gomes e Juliana Ventura.

Em meio a um exercício de tradução, apresentamos respostas equivocadas. O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro define como equívoco situações em que uma ou mais pessoas falam de algo que seria a mesma coisa, mas que apresenta sentidos diferentes e sugere que as equivocções devem ser controladas, ou seja, precisamos respeitar as diferenças e não definir de um jeito só (Viveiros de Castro, 2018). Nesse caso, ao invés de tentarmos definir todas as práticas como arquitetura, precisamos encontrar uma maneira de respeitar os seus múltiplos sentidos. Da mesma forma que os nossos mundos são diferentes, o que chamamos ou não de arquitetura também.

Marisol De La Cadena, em seus trabalhos com Mariano Turpo, aprendeu sobre o *não somente*. “Eu apontava e dizia montanha, e ele dizia para mim: Não somente. Montanha, mas não somente” (Krenak; De La Cadena; Gomes, 2021, p.414.). Pego emprestado a figura do *não somente* para dizer que esse episódio em campo nos ensina sobre as multiplicidades e diferenças que aprendemos quando estamos entre mundos. As definições não estavam erradas, mas não eram só aquilo. Da forma com que colocadas, aparentavam ser algo externo, distante e não consideravam as práticas dali que também poderiam ser arquitetura, mesmo sem as pessoas do território reconhecerem como tal. O que chamei de arquitetura, para eles, é a vida cotidiana. Os conceitos de arquitetura estavam em aprendizado coletivo, no encontro da comunidade Xakriabá com a universidade.

Para além de definir, contudo, "o que é arquitetura", o objetivo deste artigo é pensar o que as práticas espaciais Xakriabá podem ensinar sobre arquitetura e como podemos considerar as práticas tradicionais nos processos de aproximação ao território e de proposição de planejamentos, projetos e construções. Para isso, recorro aos três movimentos de pesquisa apresentados.

Olhando para as construções

Por muitos anos, o povo Xakriabá construiu suas próprias casas com materiais, técnicas e processos locais. As casas mais antigas eram as casas beira-chão, que eram construídas com estrutura de madeira, formando uma espécie de cabana e cobertas de palha desde o alto até o piso. Muitas mudanças ocorreram com o tempo: depois das casas beira-chão, vieram as casas de enchimento (pau a pique) com telhados variados: de palha de buriti ou de capim, de casca de pau d’arco e telha cerâmica produzida na aldeia. Com as dificuldades para encontrar madeira, surgiram também as casas de

adobe. Essas casas normalmente eram cobertas com telhas de barro produzidas nas aldeias ou telhas coloniais compradas fora do território (Pimenta, 2014).

Os três tempos das casas tradicionais Xakriabá nos ensinam sobre processos construtivos que vão além do objeto arquitetônico em si. As casas se diferenciam a partir das condições do território, na medida em que determinado cipó acabava, outro era encontrado para ser usado em seu lugar, o mesmo com a madeira e o barro. O território Xakriabá em si é muito diverso em termos de vegetação, desse modo, o tipo de palha ou capim utilizado mudava de aldeia para aldeia, assim como o barro e demais materiais. A tradição da casa, desse modo, não é algo estático, ou melhor, não se reduz ao objeto construído, é todo o processo que envolve a construção e que está sujeito a atualizações conforme as demandas e condições do território Xakriabá. A tradição, como também diria Rainha Isabel Casimira Gasparino⁹, "é a tradição do possível" e ela se atualiza conforme as demandas dos dias atuais.

Situações de encontro com as mestras Xakriabá tornaram-se frequentes na UFMG através da Formação Transversal em Saberes Tradicionais¹⁰. Nesses processos, em que mestras e mestres transitam e ensinam eles mesmos o seu conhecimento na universidade, entende-se que a construção tradicional é coletiva e envolve toda a comunidade no processo de transmissão de conhecimento. As mestras da construção Libertina, Lourdes, Rosa, Isabel, Etelvina, Benedita e muitas outras ensinam sobre as casas tradicionais Xakriabá. Dona Libertina disse uma vez a um aluno de arquitetura e urbanismo da UFMG, que havia feito a proposta de desenvolver uma técnica para que as construções que se desmancham, seguindo os tempos do barro, durassem mais tempo:

Não, meu filho, essa proposta sua é muito perigosa, porque a casa, ela precisa se desfazer entre quatro e seis anos para que eu possa continuar ensinando para meus filhos e para meus netos! Se a casa durar a vida toda, coloca em risco o ensinamento, a transmissão deste conhecimento. (Xakriabá, 2020, p.112).

Ou seja, o mais importante nos processos construtivos tradicionais não é a duração do objeto material casa e sim do processo de aprendizagem. As casas se

⁹ Aula na disciplina Cosmociências: Artes e Performatividades Comunitárias realizada em junho de 2021 na Formação Transversal em Saberes Tradicionais da UFMG conduzida pelos mestres Isabel Casimira, Júlia Ferreira, Sueli Maxakali e Gil Amâncio.

¹⁰ O Programa de Formação Transversal em Saberes Tradicionais foi criado em 2014, em diálogo com a proposta do Encontro de Saberes do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCTI) de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa da Universidade de Brasília (UnB). O projeto procura abrir a universidade a experiências de ensino e pesquisa junto aos mestres dos saberes tradicionais.

transformam em encontros coletivos, pesquisa de trabalhos de percurso no FIEI e disciplina de matemática e física na escola da Aldeia Custódio, como conta Dona Rosa:

Quando fizemos o barraquinho beira chão na escola da Aldeia Custódio, envolvemos os alunos. Os professores trabalharam a matemática durante a construção, contando as varas: ‘Quantas varas vão para uma parede? Quantas varas vão para o telhado?’ Fomos todos para o mato, tiramos as madeiras, tiramos as furquias, os caibros, as varas e os cipós. Mostramos aos alunos o que era o cipó e como se tirava o cipó. Há uma mata para tirar os cipós que amarram as paredes. Foram contadas quantas varas iam nas paredes, quantos nós amarravam as varas para segurar. Dividimos a construção em duas partes: uma foi tampada com a palha e a outra parte foi enchimentada para ser embarreada. O trabalho que fazemos na escola é com todas as crianças, porque pensamos que se hoje estamos vivas, amanhã não sabemos! A cultura não pode acabar, ela tem que ficar. Os mais novos têm que aprender a nossa história. (Evarista *et al*, 2024).

As casas de enchimento são as mais conhecidas hoje entre os Xakriabá. “Para ficar bonita” (Evarista *et al*, 2024), elas recebem um barro arenoso na cor branca (tubatinga) como um tipo de reboco (Bizerra, 2018). Esse barro é utilizado para receber as pinturas de Toá, feitas a partir de elementos da cultura Xakriabá. O Toá, como conta Dona Libertina, “é uma massinha de barro colorido que encontramos nas grotas e usamos como tinta — temos o barro preto, o amarelo, o azul” (Evarista *et al*, 2024). Com o tempo as pinturas e o barro branco desmancham e torna-se necessário refazer algumas paredes de enchimento, um movimento constante de cuidado e manutenção da casa.



Figura 1 Casa de enchimento de Lourdes Xakriabá.
Fonte: Pauline Aimê, 2022.

As paredes de enchimento também eram usadas para guardar sementes, as mulheres as depositavam nas paredes embarreadas e trocavam entre comadres e

parentes (Xakriabá, 2018) — um gesto de manutenção da tradição, da memória, da biodiversidade, da alimentação e da vida em comunidade. Não é porque os materiais são naturais e encontrados no território que as pessoas podem tirar sem respeitar as ciências da natureza. Ao se construir uma casa, o tempo da lua também é importante, e é a referência para retirada da madeira e do barro. Além disso, Dona Isabel nos ensina que se você precisa de uma linha para fazer a tesoura do telhado, você não corta várias madeiras e depois decide qual será a linha. Como você já sabe previamente as características que uma linha precisa ter, pela formação que seus pais te deram, você vai para a mata e só coleta a que precisa (Evarista *et al*, 2024). A casa, nestes termos, também é uma forma de cuidado, visto que parte do processo é regido por uma temporalidade própria que implica na desconstrução e reconstrução das paredes de barro e da pintura de toá e no respeito à natureza para a retirada dos materiais.

Por mais que a memória das casas tradicionais permaneça viva, com o tempo os materiais começaram a vir de fora e com isso uma dependência externa para a tomada de decisão, assim como a mudança nas próprias construções. Durante o processo de reconstrução da escola Xukurank, foi possível perceber os impactos das construções da cidade e dependências externas nos processos de tomada de decisão. As escolas estaduais, os postos de saúde, as infraestruturas realizadas pela Prefeitura Municipal, a produção de lixo e o consumo de alimentos industrializados alertam para a influência do modo de vida da cidade no território e interferem nas dinâmicas atuais das aldeias. A cultura do cuidado presente nas antigas construções quase não existe mais. Como Bizerra (2018) coloca, “[...] as casas de alvenaria precisam de quem tem um conhecimento especializado que não é um conhecimento compartilhado por muitos. Necessita-se contratar alguém para construir” (Bizerra, 2018). A mão de obra, além de especializada, é predominantemente masculina e as mulheres, por exemplo, não dominam mais todo o processo construtivo das construções. Nesse processo, a busca pela aparente durabilidade da alvenaria é priorizada em detrimento do domínio dos saberes construtivos pelas pessoas das comunidades.

As casas de alvenaria chegaram de forma mais violenta nos locais em que existiam muitas casas de enchimento como a Aldeia Caatinginha e Imbaúbas (Sanches, 2014), mesmo já sendo um processo comum em outras aldeias pela influência do modo de vida da cidade, como comentado anteriormente. Em 2013, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) entendeu que as casas de enchimento facilitam a proliferação do *chupão* (barbeiro) e logo depois, a Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) iniciou

a implantação das casas de alvenaria no território através de um programa de combate à doença de Chagas. Para se ter uma casa de alvenaria era necessário derrubar a casa de enchimento.

Lourdes nos ensina que as casas de alvenaria também são importantes: “Agora as coisas mudaram. Recebemos as casas de alvenaria, o que foi uma benção para nós, porque antes tínhamos que reconstruir a nossa casa de barro todo ano.” (Evarista *et al*, 2024). Atualmente, com todas as mudanças no território, elas já não conseguem reconstruir a casa de enchimento no mesmo intervalo de tempo de antigamente. As condições mudaram e as demandas da comunidade também. A madeira, o cipó, o barro já não são os mesmos. Para manter essa memória viva, o que essas mulheres fizeram foi demolir a casa de enchimento para que a de alvenaria fosse construída e logo depois construíram a de enchimento novamente, tanto para moradia, como para cozinhas e espaços para guardar coisas. O mais comum entre os mais velhos é possuir duas casas, a tradicional e a de alvenaria.



Figura 2 Casa do Sr. Estácio na Aldeia Caatinginha. Da direita para a esquerda: casa construída pelo programa de combate à doença de chagas, estrutura da casa antiga e a casa nova de enchimento.

Fonte: (Pimenta, 2014, p.25).

Por outro lado, os mais jovens são atraídos pelos materiais vindos de fora e pelos modelos de casas de alvenaria, sendo o predomínio dessas construções comumente associados a eles. Isso também acontece porque é comum os homens irem muito cedo para as grandes cidades trabalhar na construção civil em busca de recursos financeiros, aprendendo outro modo de construir e levando posteriormente para a TIX (Bizerra, 2018).

Uma experiência de retomada construtiva

Na Terra Indígena Xakriabá, a construção dos espaços comunitários também permite a retomada das práticas tradicionais de construção com terra, com suas necessárias atualizações. Na Aldeia Barreiro Preto, outros modos foram pensados e experimentados através de um projeto paralelo ao de reconstrução da escola Xukurank, um espaço de cultura complementar à Escola Estadual, onde fosse possível realizar todas as aulas que o espaço dessa escola não comporta: aulas de cerâmica, cozinha tradicional, área para venda e produção de artesanatos, práticas de arco e flecha e corrida de maracá.

Em novembro de 2022, retornamos à TIX, no contexto da disciplina da Formação Transversal em Saberes Tradicionais¹¹, elaborada junto aos indígenas da Aldeia Barreiro Preto para a construção do espaço de cultura para a realização das aulas de cerâmica, a Casa do Forno. Depois de meses discutindo o projeto a distância, estávamos juntos no território com a intenção de construir o espaço em 5 dias. Era um evento, toda a comunidade se juntava para receber as pessoas de fora em uma semana intensa de trocas em arquitetura, cerâmica, culinária, lavoura e muitos outros aprendizados que excedem essas categorias. Nesses processos, os diferentes tempos das comunidades entram em conflito diretamente com o tempo da cidade, imediatista e propositivo. Os tempos das águas, da seca, da lua, do barro, do jenipapo e muitos outros ensinam que relações com outros mundos envolvem respeito aos diferentes processos envolvidos.

O tempo das águas é celebrado com felicidade pelos Xakriabá. Depois de um dia intenso de trabalho, veio a chuva. Em meio a um dia nublado e chuvoso, recebemos a notícia que o espaço em que estávamos trabalhando estava ocupado pelo barro. Tivemos que aprender com esse mesmo barro o que fazer. Já era uma realidade que não iríamos conseguir terminar o que estava planejado para a nossa passagem pelo território. O barro não teve tempo para secar. Não foi possível passar o barro branco e finalizar com as pinturas de Toá. Os planos foram afetados pelas espacialidades e temporalidades do território, fazendo com que, aos poucos, o nosso projeto arquitetônico (ou projeto de conhecimento) fosse sendo desfeito, como também diria Favret Saada (2005).

¹¹ “Arquitetura, cerâmica e culinária Xakriabá” aconteceu na Terra Indígena Xakriabá e contou com a participação de estudantes da graduação de diferentes cursos, pesquisadores e estudantes da Formação Intercultural de Educadores Indígenas.

Após o nosso retorno para a cidade, a comunidade se mobilizou com os alunos da escola para terminar o espaço. Nei e Ivanir Xakriabá, professores de cultura da aldeia, continuaram o processo, dando sequência às atividades que o grupo havia começado. Grande parte do “sucesso” de possíveis práticas de retomada dependem da mobilização e envolvimento dos jovens, aqueles que hoje são, em alguma medida, também responsáveis por trazer influências externas para as aldeias.



Figura 3 Alunos do ensino médio dando continuidade a construção da Casa do Forno.
Fonte: Nei Leite Xakriabá, 2022.

Como projetar em companhia?

Retornamos às caminhadas que realizamos durante as oficinas de mapeamento. Ocorreram dois processos simultâneos em duas aldeias diferentes, Aldeia Barreiro Preto e Aldeia Sumaré I. A ideia era registrar de diferentes formas os conhecimentos percebidos durante as caminhadas coletivas pelos quintais, pelas matas, pelas ruas e demais espaços. Desenhos, folhas, sementes, versos e textos compuseram os produtos das oficinas de mapeamento.

Fizemos também o levantamento aéreo de drone dos locais em que mapeamos com as pessoas da comunidade. As imagens aéreas são hoje, no campo da arquitetura e urbanismo, base para diferentes tipos de desenho. Porém, os arquitetos-urbanistas costumam usar essas imagens sozinhos, como instrumento de tomada de decisão e de prática projetual, sem a participação das pessoas que vivem nesses espaços. A nossa ideia foi fazer diferente e por isso não começamos por elas. Ainda que sejam ferramentas que, se usadas coerentemente, atentos aos riscos de um desenho heterônimo, poderiam agir a favor das nossas propostas, optamos por caminhar com

eles antes de realizarmos os mapeamentos com drone. Os levantamentos de voos chamaram muito a atenção de toda a comunidade porque nunca haviam visto determinados lugares de cima, e por lhes permitir uma perspectiva diferente da relação espacial entre elementos que compõem uma paisagem que lhes é familiar ao nível do solo. Não sabiam como eram os telhados, os quintais, as plantas, as vias... vistos de cima.

Durante essas caminhadas, observamos também uma diferença evidente na forma de representar de um estudante de arquitetura e urbanismo e dos moradores das aldeias. Os estudantes de arquitetura e urbanismo estão acostumados a ver os territórios de cima, externamente, e isso fica claro quando desenham, como se fosse uma implantação. Já os indígenas do Barreiro e do Sumaré veem o território com os pés no chão e desenham em 3D.



Figura 4 Caminhadas durante as oficinas de mapeamento.
Fonte: Programa de Extensão Morar Indígena, 2023.

Como um movimento entre mundos, o nosso trabalho coletivo continuou quando voltamos para a universidade. Começamos a tarefa de sistematização dos materiais coletados. Juntamos as imagens de drone e fizemos uma base aérea que abrangesse minimamente toda a área de estudo, já que o equipamento registra várias fotos em sequência com áreas de abrangência menores do que as que precisávamos. A ideia era ter essa base para posterior sobreposição com os elementos aprendidos durante as caminhadas. Optamos por fazer recortes de símbolos dos desenhos das pessoas da comunidade para sobrepor o levantamento aéreo. A intenção era fazer isso em cima de um papel vegetal, podendo evidenciar o caminho das águas e demais conhecimentos adquiridos. Testamos e decidimos levar as bases e os materiais para o território e

fazermos essa montagem lá. Também combinamos com os nossos companheiros do território de darem continuidade em algumas práticas nas aldeias.

Quem melhor do que quem vive nos territórios para saber se uma informação é verdadeira ou não? Foi mais ou menos assim que começamos os processos de devolução e detalhamento dos mapeamentos que havíamos feitos em março de 2023 na TIX¹². No Barreiro, pela manhã, colocamos as bases aéreas (que havíamos montado a partir das fotografias do drone no nosso último encontro) nas esteiras de palha que Dona Dalzira e Laurinha, professoras de cultura, conseguiram para nós. As crianças e os alunos do ensino médio nos ajudaram a completar o mapa e a registrar o encontro tirando fotos e gravando vídeos com os equipamentos da Escola Xukurank. Mapeamos o caminho das águas, as áreas de alagamento, as cisternas, as plantas e discutimos o que estava faltando naquele processo, para completarmos no dia seguinte.

À tarde, na Casa de Cultura do Sumaré, resolvemos dividir o processo em dois mapas pela quantidade de pessoas. Fiquei conduzindo o grupo que sistematizava o mapa das águas e Maria Clara Vieira conduziu o outro grupo, que sistematizava a vegetação. Começamos anotando os nomes dos espaços um por um. No início só uma estudante se ofereceu para me ajudar e aos poucos outros foram aparecendo e fomos trabalhando juntos. Fui me afastando e a discussão e o engajamento aumentando. Depois fomos mapear o caminho das águas. Marcamos por onde a água corre e as áreas de alagamento. Impressionante como cada um conhece um pouco e como eles discutiam e desenhavam. Mas mesmo assim, algumas áreas ficaram em branco (também pelas dificuldades de compreensão dos instrumentos cartográficos).

A professora Leta os provocou e disse que como não sabíamos sobre determinadas áreas, deveríamos todos ir aos lugares conferir. No início reclamaram, mas logo depois levantamos e fomos todos andando e descobrindo, ou em alguma medida, lembrando, as coisas na prática. Fizemos juntos uma expedição pelos locais. Andamos em volta da quadra, olhamos cada caixa de inspeção e os diversos caminhos em que a água passava atrás da Casa de Cultura do Sumaré. As áreas em branco, na verdade, eram mais uma dificuldade de representação do que de compreensão do caminho da água. Lá todo mundo sabe onde a água passa porque eles vivem com os "seres-águas"¹³

¹² A devolução foi feita em junho de 2023.

¹³ Uso a expressão “seres-águas”, assim como “seres-plantas” e “seres-bichos”, a partir dos aprendizados com Marisol de La Cadena (2015), em suas relações com os Turpo (*runakunas*) e os seres-terra (*tirakunas*) – outros seres além de humanos que participam da vida dos que se colocam como *runakunas*. É um convite para pensarmos esses seres como agentes no mundo.

todo dia, o tempo todo. Toda criança sabe onde a água empoça perto da escola. Todo mundo sabe onde tinha uma nascente e não tem mais. Nós, como cidade, não sabemos porque aprendemos a esconder e esquecer. Mas alguns desafios se destacam: como não prejudicar o caminho das águas com as nossas construções? Se precisamos tanto das águas, por que colocamos elas para correr – ou impedimos que ela corra? Como pensar-negociar-agir com os seres-águas nas nossas construções coletivas para além das construções físicas?



Figura 5 Devolução dos mapeamentos na Aldeia Sumaré I: águas.
Fonte: Programa de Extensão Morar Indígena, 2023.

Voltamos e completamos juntos o restante do mapeamento com as informações coletadas. Adoraram a expedição e o fato de terem saído pelo território para conhecerem na prática. *Não foi somente* (De La Cadena, 2015) uma prática de devolução. Começamos um movimento de pensar a partir delas as construções coletivas para o futuro, em companhia, dada as nossas relações históricas e complexas de campo. É um processo difícil porque significa explicitar as nossas práticas e correr o risco de ter nosso projeto de conhecimento sendo questionado a qualquer momento, o que na maioria das vezes não aprendemos a fazer. Vamos sempre aos territórios, queremos aprender muitas coisas e eles, já acostumados, nos ensinam de forma generosa e cuidadosa. Mas não aprendemos a agir da mesma forma. Tivemos juntos muitas dificuldades com a materialidade e a organização do processo. Como romper com as dificuldades encontradas para o entendimento e apropriação das linguagens cartográficas?

Nos outros dois dias, continuamos o processo coletivo de projeto detalhando os dois mapas. Foi impressionante a diversidade de registros produzidos: fotos, desenhos, textos e versos! Aos poucos, começamos a entender as formas de trabalho em grupo Xakriabá. Sempre ouvimos que os Xakriabá são um povo que valoriza muito o silêncio. Isso pode ser agonizante no início, quando carregamos conosco as ideias de tempo, prazos e objetivos a serem cumpridos. Parece que nada vai acontecer. Mas quando aprendemos a dar sugestões de como começar, a saber se retirar de cena e a não impor nossas formas de fazer, é impressionante o movimento de organização e as coisas inesperadas que surgem a partir disso. Quem diria que os versos dominariam as formas de mapear Xakriabá? (talvez deveríamos ter imaginado!¹⁴). Mas isso só foi possível porque não impomos uma linguagem e forma única de mapear.

Estar próximo e estar distante do território através das imagens aéreas, em companhia, na produção de mapeamentos coletivos, faz toda a diferença. Em nada se parece com as práticas que estamos acostumados e aprendemos a fazer, ver primeiro externamente e, muitas vezes, definir o que vai acontecer também externamente e claro, sozinhos.

Arquiteturas compartilhadas

Neste constante movimento tradutório repleto de equivocções, somos levados a aprender com diferenças e conexões parciais. Muitos aprendizados do que é ou não é entendido como arquitetura pela universidade são possíveis ao se relacionar com as práticas Xakriabá. Tenho entendido que habitar o território exige constantes negociações cosmopolíticas com as águas, os bichos, a terra, os tempos, as pessoas e todo o mundo multiespecífico Xakriabá.

Os movimentos de pesquisa apresentados e formulados após o momento de desconcerto epistêmico se conectam e se expandem para além das próprias práticas espaciais. Através deles, percebemos que as mulheres ensinam sobre práticas espaciais que excedem os termos do objeto construído, da prática construtiva e da própria tradição. Com os Xakriabá, aprendemos que processos construtivos também são processos coletivos de aprendizagem.

¹⁴ Jogar versos é uma característica importante da cultura Xakriabá. Nos casamentos tradicionais Xakriabá, os versos falados na celebração são chamados de Loas. Se o mesmo poema ou verso forem recitados em outro momento que não seja o casamento, este será apenas um poema (Lopes, 2016).

A influência do modo de vida da cidade se faz presente em todos os movimentos de pesquisa. Os processos de mudança das condições do território alertam para os impactos das construções consideradas duráveis em comunidades, da geração de lixo, do consumo de alimentos industrializados, da falta de água e de plantas cultivadas para consumo próprio. Essas mudanças alteram processos coletivos de manutenção de saberes, mas ainda assim possuem devida importância nos cenários de demandas e imposições atuais.

Desde o processo de construção da Casa do Forno, começamos a aprender que para além de um plano-projeto-planejamento bem definido, precisávamos inserir as “nossas” atividades como parte do fluxo local, de modo a permitir continuidade. Mesmo ainda existindo questões a serem negociadas, as potências desse processo foram justamente as questões que aconteceram na medida em que nossos planos deram “errado”, como o envolvimento dos jovens na continuidade depois que fomos embora. Continuamos trabalhando juntos à distância e em outras idas à TIX: desenformamos o forno, continuamos o barramento das paredes e fizemos as pinturas de Toá. O “erro” aqui talvez fosse a nossa forma, como universidade, de pensar o mundo a partir dos preceitos da ciência moderna, em busca de resultados e produtos imediatos.

Com as oficinas de mapeamento, muitos apontamentos para processos de continuidade tornaram-se possíveis. Fizemos juntos o mapeamento das águas no tempo das secas, mas quando chegou o tempo das águas, eles inventaram outra forma de mapear a partir do que tínhamos começado juntos no território, para que nós que não estávamos lá pudéssemos ver como realmente acontecia. Vídeos-caminhadas começaram a compor mais alguns produtos-processos das oficinas de mapeamento. As pessoas das comunidades refizeram os caminhos contando novamente aquilo que já tinham contado e percebendo novas coisas a partir dos nossos aprendizados coletivos.

Estar próximo e distante, em companhia dos que pisam a terra, talvez seja um modo de pesquisar e atuar nos territórios indígenas que nos ajude a pensar não só modos compartilhados de fazer e pensar arquitetura, mas também a universidade, sobre como estabelecer relações não predatórias entre mundos.

Referências

AZOULAY, Ariella Aïsha. História Potencial: desaprender o imperialismo. São Paulo: Ubu, 2024. 267 p. Tradução Célia Euvaldo.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. A terra dá, a terra quer. São Paulo/ Belo Horizonte: Ubu / Piseagrama, 2023. 109 p.

BIZERRA, Edmar Gonçalves. MORADIAS TRADICIONAIS XAKRIABÁ. 2018. 64 f. TCC (Graduação) - Curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

DE LA CADENA, Marisol. Earth beings: ecologies of practice across Andean worlds. Durham And London: Duke University Press, 2015. 369 p.

EVARISTA, Lourdes; FERRO, Libertina; BEZERRA, Benedita; BEZERRA, Rosa; BEZERRA, Isabel. Estamos aqui para renovar. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, seção Extra! [conteúdo exclusivo online], 10 mai. 2024.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Cadernos de campo n.13. São Paulo: USP, 2005.

FERNANDES, Juliana Ventura de Souza. A guerra dos 18 anos: uma perspectiva Xakriabá sobre a ditadura e outros fins de mundo. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

KRENAK, Ailton. A vida não é útil. São Paulo: Schwarcz, 2020. 126 p.

KRENAK, Ailton; DE LA CADENA, Marisol; GOMES, Ana. Como viver no mesmo planeta? In: MOULIN, Gabriela *et al* (org.). Seres-rios. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2021. p. 412-427.

LEVIS, Carolina. Projetar novos mundos de coexistência. In: MOULIN, G.; MARQUEZ, R.; ANDRÉS, R.; CANÇADO, W. (Orgs.) Habitar o Antropoceno. Belo Horizonte: BDMG Cultural/Cosmópolis, 2022. p. 23-41.

LOPES, Luzionira de Souza. LOAS E VERSOS XAKRIABÁ: TRADIÇÃO E ORALIDADE Percurso. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Formação Intercultural para Educadores Indígenas) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PIMENTA, Sandra Fernandes. Modos de construções Xakriabá aldeias Barreiro e Caatinguinha. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Habilitação em Matemática.

SANCHES, Déborah Cimini Cancela. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO TERRITÓRIO XAKRIABÁ: aldeias imbaúbas e caatinguinha. 2014. 214 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

VERRAN, Helen; CHRISTIE, Michael. The generative role of narrative in ethnographies of disconcertment: Social scientists participating in the public problems of north Australia. In: Learning Communities International Journal of Learning in Social Contexts, 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A Antropologia Perspectivista e o método da equivocação controlada. Tradução de Marcelo Giacomazzi Camargo e Rodrigo Amaro. Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste, 5 (10): 247-264, agosto a dezembro de 2018. ISSN: 2358-5587

XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 14, página 110 - 117, 2020.

XAKRIABÁ, Célia Nunes Corrêa. O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada. Dissertação, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais, Universidade de Brasília, 2018.

XAKRIABÁ, Célia. Corpo-território. In: GOMES, A.; LIMA, D.; OLIVEIRA, M.; MARQUEZ, R. (Orgs.) Mundos Indígenas. Belo Horizonte: Espaço do Conhecimento UFMG, 2020. p.80.